



**REUNIÃO ANUAL DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES**

**FORTALEZA, BRASIL**

AB-2163  
CII/AB-803  
11 março 2002  
Original: português

**PALAVRAS DO PRESIDENTE DAS ASSEMBLÉIAS DE GOVERNADORES DO  
BANCO INTERAMERICANO DE DESENVOLVIMENTO E DA  
CORPORAÇÃO INTERAMERICANA DE INVESTIMENTOS  
NA SESSÃO DE ABERTURA**

*Martus Antônio Rodrigues Tavares*

1. Antes de tudo, quero dar-lhes as boas-vindas, em meu nome e do governo brasileiro. Depois de 22 anos, o Brasil volta a sediar a Reunião Anual das Assembléias de Governadores do Banco Interamericano de Desenvolvimento e da Corporação Interamericana de Investimentos.
2. O BID possui laços históricos com o Brasil. Muito nos honra que o nascimento da Instituição tenha surgido por inspiração do presidente Juscelino Kubitschek, que em 1958 propôs aos países latino-americanos o lançamento de um plano de cooperação para estimular o progresso da Região.
3. Em quatro décadas, o Banco transformou-se em uma instituição que transcende o aspecto técnico-financeiro. É hoje – além da principal fonte de crédito multilateral – centro de referência na análise e discussão de toda a problemática regional.
4. É uma honra e uma grande responsabilidade estar falando aos senhores na condição de presidente desta Assembléia. Espero abordar aqui alguns dos principais anseios da Região em relação ao papel do BID na construção do nosso desenvolvimento.
5. Desde a nossa última reunião em Santiago do Chile, em março de 2001, a conjuntura internacional mudou. Infelizmente, para pior. Uma sucessão de fatos negativos – onde destaco, por razões óbvias, os atentados de 11 de setembro nos Estados Unidos – ampliou a tensão e a desconfiança dos investidores, trazendo à superfície algumas fragilidades da nossa Região.

6. O cenário internacional adverso em 2001 resultou na brusca reversão do financiamento externo para a América Latina e Caribe e serviu para reforçar a avaliação de que continuamos ainda muito dependentes da poupança externa, dos humores dos mercados e de avaliações de risco nem sempre coincidentes com a realidade.
7. Ao longo de duas décadas, acumulamos conquistas que não devem ser esquecidas, nem desconsideradas. Avançamos de forma espetacular na consolidação da democracia, o que mudou a história política do nosso Continente.
8. Realizamos reformas econômicas, com sacrifícios que não podem ser subestimados.
9. Vejam o exemplo do Chile, que fez uma bem-sucedida reforma na Previdência e implementou mudanças substantivas no sistema tributário, no comércio exterior. Vejam o México, que após a crise de 1995, fez um ajuste no sistema financeiro capaz de causar inveja a qualquer vizinho desenvolvido.
10. Vejam o Brasil, que conseguiu estabilizar a moeda, reformou o Estado, modificou a estrutura de Planejamento e Orçamento, e está realizando um ajuste fiscal de fôlego, com superávits primários de 3 por cento do PIB em suas contas. Isto só para citar alguns exemplos.
11. Mas o fato é que, não obstante os esforços dos governos, persistem em nossas economias problemas estruturais que entravam o desenvolvimento e dificultam a redução da pobreza.
12. Como se isso não bastasse, fatos exógenos aos nossos países têm condicionado e interrompido a trajetória de crescimento sustentável e duradouro.
13. Em 2001, a nossa Região cresceu em torno de 1 por cento. Como sabemos, precisaríamos crescer, no mínimo, 3,5 por cento por um longo período para assegurar uma redução substancial da pobreza e das desigualdades sociais, combinada com a redistribuição da renda.
14. É verdade que precisamos aumentar a competitividade e melhorar as condições de acesso aos mercados para exportar mais e ficar menos dependentes do capital externo.
15. Também é verdade que as economias emergentes podem e devem implementar políticas para melhorar a avaliação feita pelos investidores externos, em especial no que se refere à percepção de risco. Devem adotar políticas macroeconômicas consistentes no curto e longo prazos, com ênfase no equilíbrio fiscal. E consolidar as reformas, intensificando os mecanismos de mercado.
16. Entretanto, não se pode ignorar que a volatilidade dos fluxos de capital tem sido uma marca nos anos recentes, independentemente das políticas adotadas para estimular o

investimento. E que os países emergentes têm capacidade limitada de influenciar a redução dessa volatilidade.

17. Como bem sabem os senhores, o debate sobre a arquitetura financeira mundial se processa no âmbito de organismos financeiros multilaterais, em especial no Fundo Monetário Internacional, tendo forte participação dos países desenvolvidos.

18. Muitos dos nossos problemas macroeconômicos foram agravados pelas dificuldades crescentes de acesso aos mercados financeiros internacionais. É necessário, portanto, um esforço conjunto para restabelecer e ampliar esses fluxos.

19. Nesse aspecto, considero o papel do BID estratégico e essencial.

20. De um lado, exercendo fortemente a sua influência em defesa dos interesses da Região nas discussões com outros organismos multilaterais. Os episódios recentes indicam que é imperativo buscarmos uma mudança na arquitetura financeira internacional, de forma a reduzir a instabilidade dos fluxos financeiros e conferir-lhes maior previsibilidade.

21. Por outro lado, o Banco tem como socorrer os países da Região em situações de interrupção do fluxo de capitais. Neste sentido, a nova Linha de Emergência, que se encontra em votação, é uma importante conquista e poderia ser complementada, quem sabe, com outros mecanismos.

22. Quero também destacar o trabalho da Comissão da Assembléia de Governadores, que nos últimos meses dedicou-se à discussão de propostas para aumentar a capacidade de resposta do Banco às novas necessidades dos países mutuários.

23. E reforçar o conceito de efetividade do desenvolvimento, que pressupõe a opção por projetos com maior impacto sobre diminuição da pobreza e preservação do meio ambiente. (No Brasil, adotamos essa prática com os programas do Avança Brasil.)

24. É importante lembrar que o BID vem realizando desde 1998 importantes reformas e tem oferecido novos instrumentos para atender as necessidades da Região. O acordo sobre o Fundo de Operações Especiais é, sem dúvida, um avanço que deve ser preservado.

25. Outro avanço substancial é o aumento do limite de empréstimos ao setor privado de 5 para 10 por cento do capital do Banco. Sugiro que esta iniciativa seja combinada com outras medidas para flexibilizar o acesso do setor privado aos empréstimos, tendo em vista a capacidade decrescente do setor público para financiar obras de infra-estrutura.

26. O Brasil e, acredito, os demais países da América Latina e Caribe não têm reparos a fazer a respeito dos objetivos fundamentais do BID, voltados para a redução da pobreza, das desigualdades sociais e para o crescimento sustentado. Avalizam as áreas

prioritárias de atuação, quais sejam o desenvolvimento social, a modernização do Estado, a competitividade e a integração regional.

27. A propósito, saliento o admirável esforço do BID no sentido de viabilizar a integração física das Américas Central e do Sul. E muito me orgulho que seja inspirado no Estudo dos Eixos Nacionais de Integração e Desenvolvimento, realizado no Brasil.
28. Entretanto, as transformações e peculiaridades de nossas economias requerem hoje um tratamento diferenciado para cada país. A fórmula para se chegar a um mesmo objetivo não é necessariamente a mesma.
29. O Banco, pela sua experiência e profundo conhecimento da realidade de cada país, pode oferecer novos produtos e aperfeiçoar alguns instrumentos para intervir de forma mais efetiva e rápida na recuperação das economias.
30. Neste sentido, chamo a atenção para um problema crítico na maioria dos nossos países, que é a questão da segurança.
31. Considerando que a violência atinge principalmente os pobres, é importante que o Banco possa apoiar a prevenção da criminalidade, mediante a adoção de programas de segurança cidadã. Evidentemente, dentro dos princípios da soberania nacional e em sintonia com as demandas de cada país.
32. Essa é uma área, sem dúvida, em que o BID pode ter um papel catalítico, tornando-se, inclusive, centro de referência.
33. Apresento aqui, para reflexão, a proposta de uma ação efetiva e coordenada, por parte do BID, no sentido de complementar as iniciativas dos países da Região na área de segurança e aperfeiçoamento dos sistemas de justiça.
34. Diante desta Assembléia, saúdo as conclusões e recomendações do Grupo de Assessoramento Externo, reunido por iniciativa do Presidente Enrique Iglesias e presidido pelo Doutor Ángel Gurria. Os resultados desse trabalho representam subsídio de grande valia no processo de reavaliação do papel do BID para enfrentar os novos desafios da Região.
35. Não devo me estender nesta fala. No entanto, não poderia deixar de mencionar, em ocasião tão especial, os avanços que o Brasil tem alcançado na consolidação da estabilidade econômica e busca do crescimento sustentado com inclusão social.
36. Conseguimos ampliar os gastos sociais em mais de 35 por cento, em termos reais, no período de 1994 a 2001. E direcionar boa parcela do gasto público para projetos de combate à pobreza nas regiões menos favorecidas.
37. Os programas de transferência direta de renda alcançaram no ano passado cerca de 12 bilhões de dólares, cifra que coloca essas ações entre as maiores do planeta.

38. É verdade que em 2001 a conjuntura internacional adversa levou a uma frustração parcial da expectativa de crescimento da economia brasileira. O País fechou o ano com um crescimento de 1,5 por cento do PIB.
39. Entretanto, a pronta resposta da política econômica contribuiu para reduzir a desconfiança dos agentes econômicos. Assim, mesmo diante da instabilidade de curto prazo, prevaleceu a consolidação dos fundamentos macroeconômicos: a política de metas inflacionárias, consistente com a flutuação cambial e a disciplina fiscal.
40. Com preços internos estáveis, as exportações cresceram 5,7 por cento, garantindo um superávit comercial de 2,6 bilhões de dólares. Combinado com a entrada de investimentos estrangeiros acima de 20 bilhões de dólares, este resultado permitiu o equilíbrio do balanço de pagamentos.
41. As dificuldades de 2001 serviram também para revigorar a nossa confiança no País e na capacidade de enfrentar e vencer outros desafios. E reforçaram a convicção de que as reformas são peça-chave para o sucesso de políticas que permitam o aumento da competitividade da Região.
42. Também não poderia deixar de me referir, neste fórum privilegiado, à nossa vizinha Argentina, principal parceiro do Brasil na América do Sul, estratégico no comércio bilateral, na construção do Mercosul e na defesa da democracia.
43. Temos estado permanentemente atentos à evolução da situação econômica e social naquele País, em especial aos desdobramentos que marcaram o fim do regime de conversibilidade, no início de 2002.
44. Temos sido e seremos solidários com a Argentina, por palavras e atos concretos.
45. Confio na sensibilidade do Banco Interamericano de Desenvolvimento para entender a urgência de ações que evitem um declínio econômico mais prolongado na América Latina e Caribe. Isto resultaria em mais sacrifícios para a população e poderia comprometer o apoio ao processo de reformas.
46. Seria um retrocesso, sem dúvida, que ninguém deseja.
47. Gostaria de encerrar esta exposição com palavras de agradecimento pela minha escolha para a Presidência desta Assembléia. Asseguro que o Brasil corresponderá às expectativas. Sejam bem-vindos e desfrutem da beleza e hospitalidade de nossa terra.